



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /XII (.ª)
- PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Falta de resposta por parte de instituição protocolada com a Segurança Social numa situação de emergência social

Destinatário: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmº. Senhor Presidente da Assembleia da República

A comunicação social local de S. João da Madeira chamou a atenção para a existência de um casal que estava a viver, há já algumas semanas, na rua.

Este casal tornou-se sem abrigo depois de a casa onde habitavam ter sido demolida pela autarquia sem que esta última tivesse procedido a qualquer realojamento. É uma situação incompreensível e inaceitável, mas que não fica por aqui porque, na verdade, este casal parece ter sido vítima de falta de resposta adequada tanto da autarquia como de uma instituição que supostamente acompanhava o casal.

Falamos de falta de resposta da autarquia porque apesar de o casal já ter solicitado habitação social no município, a autarquia nunca respondeu a tal pedido.

Falamos de falta de resposta da instituição (no caso, a ACAIS - Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses) porque, ao que se sabe, a mesma nunca foi capaz de evitar que este casal caísse numa situação de sem abrigo, nem foi capaz, mesmo depois de estas pessoas já estarem a viver na rua, de oferecer uma solução para os retirar de tal situação. Ao que se sabe, a única solução que alguma vez disponibilizaram ao casal foi o internamento num centro de acolhimento temporário em Aveiro, onde teriam que ser separados.

O casal em questão não aceitou esta situação (não só porque envolvia serem separados, mas também porque um dos membros do casal mantém alguma rotina de trabalho que queria manter). Perante isto a ACAIS deixou de procurar outra solução, deixando o casal a viver na rua. Questionada pela imprensa local, a instituição (com protocolo Rendimento Social de Inserção) disse que tinham oferecido várias soluções ao casal, mas recusaram-se a explicar que soluções eram essas, alegando sigilo profissional.

É uma atitude estranha que culminou numa situação inaceitável. É inaceitável que duas pessoas acabem a viver e a dormir na rua porque nem autarquia nem IPSS foram capazes de dar as respostas sociais adequadas à sua situação.

O Bloco de Esquerda considera que é urgente uma luta sem tréguas à pobreza, em particular às suas expressões mais extremas, pelo que procurou já soluções junto da autarquia e, pelo presente, procura também soluções junto do Governo. Consideramos ainda que é muito importante que se avalie e fiscalize o comportamento do IPSS que tendo um protocolo com a Segurança Social não conseguiu dar respostas a



Bloco de Esquerda

esta situação, o que culminou num caso de um casal que se tornou sem abrigo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes questões:

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Que medidas serão tomadas para avaliar o comportamento e o desempenho da ACAIS neste caso, uma vez que esta instituição tem um protocolo com a Segurança Social?
3. Que medidas, programas e apoios existem para dar resposta a este casal e outros casos que se assemelhem, de forma a garantir que estas pessoas são novamente inseridas na sociedade?

Palácio de São Bento, 29 de maio de 2017.

**O deputado
Moisés Ferreira**